

O momento maquiaveliano em “O príncipe”: as “boas leis” e o poder constituinte

The machiavellian moment in “The prince”: “good laws” and constituent power

Filomeno Moraes*

Tanto nomini nullvm par elogivm”

Inscrição no túmulo de Maquiavel, na Basílica da Santa Cruz, em Florença.

[...] em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo [...].

Maquiavel, *O príncipe*

Resumo

O presente artigo aborda um dos livros clássicos do pensamento político ocidental, *O príncipe*, por ocasião de seus quinhentos anos, dimensionando a sua importância e atualidade no que diz respeito ao processo político-constitucional. A partir de *O príncipe* e das obras de seus detratores e comentadores, intenta-se demonstrar um dos conceitos mais importantes do pensador florentino, o de “boas leis”, e a ideia implícita de poder constituinte. “Boas leis” é argumento recorrente de Maquiavel, como mecanismo que, ao lado das “boas armas”, proporciona a conservação dos Estados. Em *O príncipe*, são

* Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional/Mestrado e Doutorado da Universidade de Fortaleza; doutor em Direito pela Universidade de São Paulo; livre-docente em Ciência Política pela Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza – Ceará – Brasil. E-mail: filomeno@unifor.br

** “Diante de tal nome nenhum elogio é suficiente.” Para a melhor tradução, contei com o magistério do Professor doutor Pe. João Paulo Mendonça Dantas, a quem agradeço.

exploradas as relações entre Política e Direito, considerando-se a formação do Estado moderno, a autonomia do “político” e a dimensão político-constitucional da evolução do Estado. Como conclusão principal, encarece-se a interpelação que, na contemporaneidade, *O príncipe* manifesta.

Palavras-chave: Maquiavel. *O príncipe*. “Boas leis”. Poder constituinte. Estado moderno. Constitucionalismo.

Abstract

The present article deals with one of the classic books of Western political thought – The prince – for the occasion of its five hundred years, depicting its importance and contemporaneity concerning the political-constitutional process. It deals with a bibliographical study - The prince and works of Machiavelli’s detractors and commentators -, intending to show, namely, one of the most important concepts of the work of the Florentine thinker, the concept of “good laws” and the implicit idea of constituent power. “Good laws” is a recurrent argument of Machiavelli, as the mechanism that, together with the “good arms”, provides the conservation of the States. It explores the relation between Politics and Law in The Prince, considering the autonomy of politics, the formation of the modern State, and the political-constitutional dimension in the evolution of the State. As the principal conclusion, it emphasizes the interpellation that The Prince currently causes.

Keywords: Machiavelli. *The prince*. “Good laws”. Constituent power. Modern State. Constitutionalism.

Introdução

Nicolau Maquiavel, em carta a Francesco Vettori, datada de 10 de dezembro de 1513, diz que, guardado o que ouviu na “antiga convivência dos grandes homens do passado” e se nutrido “daquele alimento que é o único que me é apropriado e para o qual nasci”, fez cabedal de tudo e compôs um opúsculo, *De principatibus*, em que se aprofunda o quanto pode “[...] nas cogitações deste tema, debatendo o que é principado, de que espécie são, como eles se conquistam, por que eles se perdem” (MAQUIAVEL, 1979, p. 113).

A crer no trecho citado da correspondência dirigida a Vettori, embaixador de Florença junto à corte papal, *O príncipe*, como ficaria denominada a obra (e não *O principado*) existe, pois, há quinhentos anos. De lá para cá, e durante muito tempo, tirantes mentes iluminadas que se tornaram exceções ao juízo malfazejo, a fortuna crítica foi demasiado cruel com o autor e com o livro, gerando, inclusive, o substantivo *maquiavelismo* e o adjetivo *maquiavélico*, em que está presente a chave depreciativa. Na verdade, um grande equívoco em relação à magnitude de um pensador que consagrou a autonomia do “político” e lançou luzes sobre as relações entre Política e Direito, como na ideia das “boas leis” e de poder constituinte.

Evidentemente, a expressão “momento maquiaveliano” do título do artigo remete ao formidável livro de Pocock (2003), no qual cuida de dizer que a frase deve ser interpretada em dois sentidos: de um lado, o momento e a maneira como o pensamento de Maquiavel apareceu; de outro, o problema em si mesmo, ou seja, o tempo de conceituação segundo o qual a república se confronta com a própria finitude temporal e tenta permanecer moral e politicamente estável no turbilhão de eventos irracionais, concebidos como destrutivos de todo sistema de estabilidade secular.

O presente trabalho, abordando *O príncipe*, explora o conceito de “boas leis”, o qual aparece livro como mecanismo que, ao lado das “boas armas”, proporciona a conservação dos Estados e explora a ideia implícita de poder constituinte.

Por cautela, deve ser ressaltado que uma análise do pensamento de Maquiavel com base somente em *O príncipe* é impossível. No entanto, para os objetivos modestos do presente artigo, qual seja o de introduzir a questão das “boas leis” e do poder constituinte a partir dessa obra, procede-se a uma exploração solitária, embora, às vezes, não se possa coibir a tentação de integrar a análise com trechos dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*.

1 A ida de Maquiavel aos infernos

Desde as primeiras críticas, feitas depois da morte de Maquiavel, por Jerônimo Osório, Reginald Pole e Ambrogio Caterino Politi (BIRELEY, 1990), ainda na primeira metade do século XVI, as opiniões, muitas vezes contraditórias, acumularam-se, de forma que o substantivo *maquiavelismo* e o adjetivo *maquiavélico* estão ligados à esperteza, astúcia, aleivosia e maldade. Além disso, muito mais do que em relação a qualquer outro teórico da política, a tentação de segui-lo além do túmulo, resumindo a sua obra e colocando-a em julgamento, é processo que começa logo depois da sua morte e, a rigor, continua até a contemporaneidade (SKINNER, 1988).

Talvez a primeira pessoa a vocalizar o sentimento do *antimaquiavelismo* tenha sido o bispo português Jerônimo Osório, que fala de “um certo perverso escritor, homem ímpio”, “homem celerado”, enfatizando que “deixaria o morto em paz se não fosse tão grande mal que agora tem causado com os seus corruptísimos escritos” (OSÓRIO, 1996, p. 200-201). Na Inglaterra, o cardeal católico Reginald Pole, afirmando-se horrorizado com a influência que Maquiavel exercia sobre Thomas Cromwell, ministro de Henrique VIII, encetou uma campanha difamatória contra o florentino. Por sua vez, os jesuítas o acusaram de opor-se à Igreja, convencendo o papa Paulo IV a inscrevê-lo, em 1559, no *Index Librorum Prohibitorum*. Na França, o huguenote Innocent Gentillet acusou Maquiavel de ateísmo, acentuando que os seus métodos teriam provocado a Noite de São Bartolomeu. Ainda na Inglaterra, o teatro *shakespeariano* vinculou Maquiavel à maldade e ao amoralismo, à inescrupulosidade e à artilosidade, ligando o seu nome à inspiração, quando não à personificação, diabólica¹. Mais tarde,

¹ A ligação de Maquiavel com o “inferno” possui vários desdobramentos. Talvez comece com o “sonho de Maquiavel”, pouco antes de morrer, no qual concluiria preferir “antes ir para o inferno discutir sobre política com os grandes da Antiguidade do que mandado ao paraíso, para morrer de tédio na companhia dos beatos e dos santos” (VIROLLI, 2002, p. 17). Na França de Luís Bonaparte, viria à luz o livro *Diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu* (JOLY, 2009). No final do século passado, uma biografia intelectual de Maquiavel receberia o título *Maquiavel no inferno* (GRAZIA, 1993). Por sua vez, um recente e provocativo livro – *Diálogos entre Maquiavelo (en el cielo) y Tomás de Aquino (en el infierno)* – (NAVA, 2009) tenta fazer o caminho contrário.

Frederico da Prússia, com correções efetuadas por Voltaire, escreveu *O anti-Maquiavel* (ensaio crítico sobre Maquiavel), por considerar “*O príncipe* uma das obras mais perigosas entre as que se espalharam pelo mundo”, dizendo contestar “todos os falsos raciocínios pelos quais Maquiavel pretendeu lograr-nos e fazer-nos tomar os celerados por grandes homens” (PRÚSSIA, 2000, p. 7 e 150).

A fama de Maquiavel como “conselheiro de tiranos” difunde-se na esteira da Reforma e da Contrarreforma, quando as suas obras ganham importância, passando a ser vistas como perigosas. Sem que se dê conta da preocupação republicana, inclusive vazada em *O príncipe*, faz-se a ligação de Maquiavel com teóricos do absolutismo, como Jacques-Bénigne Bossuet.

Mesmo nos tempos atuais, em que a tendência histórica caminha no sentido da absolvição e da consideração mais complexa do fenômeno Maquiavel, autores há, como o norte-americano Leo Strauss, que veem no pensador florentino um “professor do mal” (“*a teacher of evil*”), relativizando a cientificidade da sua obra e acentuando que “o ensinamento de Maquiavel é imoral e irreligioso” (STRAUSS, 1978, p. 11-12).

2 A saída de Maquiavel dos infernos

Bobbio (1980, p. 73) afirma que, com Maquiavel, começam muitas coisas importantes na história do pensamento político, ou seja, sem Maquiavel, é impossível entender o Estado moderno.

Mais recuadamente, Francis Bacon (1952, p. 73), embora crítico, já reconhecia uma grande dívida para com Maquiavel, por motivo de que, entre outros, escrevera sobre “o que os homens fazem, e não sobre o que devem fazer”².

² Com efeito, Maquiavel (1999, p.73) advertia que “há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver, que aquele que trocar o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes sua ruína do que sua preservação” .

No *Tratado político*, Spinoza refere-se ao “agudíssimo Maquiavel”, “homem sábio”, “homem prudentíssimo” (capítulo V), “agudíssimo florentino” (capítulo X) (SPINOZA, 2009, p.45-46 e 130), que, entre outras coisas,

[...] quis mostrar quanto uma multidão livre deve precaver-se para não confiar absolutamente a sua salvação a um só, o qual, a não ser que seja vaidoso e julgue que pode agradar a todos, deve temer ciladas todos os dias, e por isso é obrigado antes a precaver-se a si mesmo e a armar ciladas à multidão do que a olhar por ela. [...] (SPINOZA, 2009, p. 46)

Por sua vez, Jean-Jacques Rousseau (1964, p. 231) propõe que, ao escrever *O príncipe*, Maquiavel, “fingindo dar lições aos reis, deu-as, grandes, aos povos”. Assim, seria o “livro dos republicanos”³.

O caminho da regeneração continuaria com pensadores como Hegel (2005) e Fichte (2010). No século XX, as ideias de Maquiavel foram insistentemente motivos para estudos e leituras no tocante ao republicanismo, ao papel do Estado, ao moderno príncipe e às novas formulações político-constitucionais, com Gramsci (2012), Berlin (1998), Lefort (1979), Chabod (1984), Plamenatz (1970), Dotti (2005), Skinner (1988), Negri (2002), Aron (1999), Faria (1931) e Bignotto (1991). Já no século XXI, Fabbrini (2009), Nava (2012) e Virolli (2013) promovem um diálogo em que Maquiavel é figura central.

3 Florença e o surgimento do Estado moderno

Não há como entender Maquiavel e a dimensão de *O príncipe* sem destacar o contexto em que nasceu e viveu tal pensador, ou seja, a República de Florença.

³ Nesse sentido, Negri (2002, p. 73) afirma que “ocupar-se dos ‘Principados’ não é o contrário de ocupar-se das ‘Repúblicas’”.

Vale salientar que, se a maioria dos historiadores atuais considera que o surgimento do Estado moderno ocorreu em meados do século XVI, pelo menos parte da minoria restante o antecipa para o século XV, atribuindo aos Estados italianos do *quattrocento* o mérito da primazia (FLORENZANO, 2007). Não é ocioso lembrar que Burckhardt já mostrava o cenário político italiano da Renascença como um laboratório, em que principados e repúblicas se modificavam substancialmente, aumentando ou diminuindo de tamanho, ou mesmo desaparecendo, e inovavam na arte de governo, criando-se instituições muito diferentes das existentes à época, em outros rincões da Europa. Burckhardt denominou tal fenômeno de construção do Estado como “obra de arte”, consistente na primeira e mais alentada das seis partes em que se divide o seu *A cultura do Renascimento na Itália* (BURCKHARDT, 2009).

Na verdade, na Itália do *quattrocento* e do início do *cinquecento*, são notórias as inovações a marcar a arte da guerra, os procedimentos burocráticos e os serviços diplomáticos, contribuindo para uma nova formatação do Estado. O mesmo Burckhardt acentuava, ao tratar do envolvimento militar espanhol e francês na Península Itálica, que Espanha e França haviam começado a igualar-se aos Estados italianos centralizados, e mesmo a imitá-los, mas em proporções colossais⁴. Falar em “Estados italianos centralizados” era, fundamentalmente, relevar Veneza e Florença, tanto pelo dinamismo econômico, riqueza e cultura, quanto pelos regimes políticos republicanos – “governos do *popolo* e da *libertà*” (POCOCK, 2003, p. 283) – complexos e contrastantes.

Como bem destaca Pocock (2003, p. 284-285) ao referir-se ao *mito de Veneza*, deu-se “a complexa e fascinante rotinização das operações de nomear, eleger e sortear as magistraturas, que os visitantes da república se deleitavam em observar e descrever”. Na verdade, “os venezianos asseguraram, por assim dizer, mecanizar a *virtù*”, possibilitando “não menos do que a imagem de uma perfeição de equilíbrio polibiano”,

⁴ Chabod (1984) refere-se à Florença como “Estado municipal”. Por sua vez, Gramsci (2012) dirá que, além de modelo exemplar das grandes monarquias absolutistas da França e da Espanha, Maquiavel foi levado à concepção política da necessidade de um Estado unitário italiano pela recordação do passado de Roma.

alargando-se a crença de que “essa mecanização era um elemento poderoso do *mito di Venezia*”.

Todavia, ao falar sobre Florença, Burckhardt (2009, p. 98) observa que “a mais elevada consciência política” e “a maior riqueza em modalidade de desenvolvimento humano” encontram-se reunidas na história de Florença, portanto, ela merece o título de “primeiro Estado moderno do mundo” .

O próprio Maquiavel, na *História de Florença* (2007b, p. 8), destacou:

[...] se houve república cujas divisões foram notáveis, as de Florença as excedem em tudo, porque a maioria das outras repúblicas das quais se tem alguma notícia contentou-se com uma divisão, em razão da qual, segundo os acontecimentos, ora cresceram, ora declinaram, mas Florença, não contente com uma, criou muitas.

Em Florença, “primeiro os nobres se dividiram entre si, e depois houve a divisão entre os nobres e o povo, e, por último, entre o povo e a plebe; e muitas vezes ocorreu que uma dessas partes, tendo vencido, dividiu-se em duas”, decorrendo que, “de tais divisões tiveram tantas mortes, tantos exílios, tantas destruições de famílias, como nunca ocorreu em nenhuma cidade de que se tenha memória”. Todavia,

[...] nenhum outro exemplo demonstra tanto o poder de nossa cidade quanto o que se refere a tais divisões, que teriam força para aniquilar qualquer cidade grande e poderosíssima. Não obstante, a nossa parecia crescer cada vez mais: tamanha era a *virtù* daqueles cidadãos e a força do engenho e do ânimo deles, para o engrandecimento de si mesmos e de sua pátria, que todos quantos ficavam livres de tantos males podiam, com sua *virtù* exaltá-la mais do que pudera ofendê-la a malignidade dos acontecimentos que a haviam diminuído. [...] (MAQUIAVEL, 2007b, p. 8-9).

Florença, entre os séculos XIII e XVI, foi um laboratório político que experimentou todas as constituições, com “uma tão intensa, prolongada e variada divisão e luta de classes”, marcando-se por, “no seu momento de glória e grandeza, ter sido uma república de governo misto”

(FLORENZANO, 2007, p. 36-37). Não se pode esquecer da importância de lideranças políticas como Cosimo e Lorenzo (o Magnífico) de Medici, que colaboraram, evidentemente, a par de outros fatores, para que Florença lograsse de relativa paz durante cerca de quarenta anos – que medeiam a Paz de Lodi e a invasão de Carlos VIII –, no concerto instável dos Estados que compunham a Península Itálica. No período, caberia a Florença o lugar de capital do equilíbrio e da Renascença (MOREIRA, 1981).

Verdadeiramente, o Estado moderno se inicia na Itália, embora a sua consolidação ali não se dê, a carecer de experiências outras, como as da Inglaterra e França. Se teoria política do Estado moderno tem em Maquiavel alguém lhe abre pegadas e lança as balizas fundamentais, há de esperar, contudo, pelos estudos de Jean Bodin e Thomas Hobbes para cristalizar-se. Dessa forma, Maquiavel, Bodin e Hobbes tornam-se a tríade que fundou tanto o conceito de Estado moderno, em particular, quanto o pensamento político moderno, em geral. Deles se originam matrizes dos três grandes discursos políticos que dominaram todo o período da história moderna do Ocidente, a saber, o do próprio absolutismo – que é o do *establishment* –, o do individualismo possessivo e o do republicanismo clássico ou humanismo cívico – que são de oposição (FLORENZANO, 2007).

4 Maquiavel e as vicissitudes políticas de Florença

Maquiavel nasceu sob o domínio dos Medici, mais precisamente no momento da liderança de Lourenço, o Magnífico⁵. À época, a Península Itálica tinha, além da República de Florença, mais três potências, a saber, a República de Veneza, o Reino de Nápoles e os Estados Pontifícios. Ademais,

⁵ Se não é possível entender Maquiavel sem o contexto de Florença, também não é possível entender Florença sem o papel da família Medici, como salienta Hibbert (1974, *passim*), e sua larga influência na história política, econômica e cultural, “começando no início da década 1430, com a ascensão da dinastia sob o quase legendário Cosimo de Medici, desde a era áurea como patrono de alguns dos mais notáveis artistas e arquitetos da Renascença, à era dos papas e grão-duques Medici, até Florença resvalar para a decadência e falência, e o fim, em 1737, da linhagem dos Medici”.

estava dividida entre outros pequenos Estados, dominados, o mais das vezes, por *condottieri*, à frente de tropas ou de bandos mercenários.

A Península Itálica constituía-se, assim, em objeto de cobiça das potências europeias, fundamentalmente, da Espanha e França. A República de Florença conseguira, durante grande parte do século XIV, posição de equilíbrio, graças, entre outros fatores, à sua vocação econômica para a mercancia e ao talento político de estadistas como Cosimo de Medici e o seu neto, Lorenzo de Medici. Com a morte de Lorenzo e a ascensão de Piero de Medici, filho do último, deu-se a invasão francesa, liderada por Carlos VIII, culminando na expulsão dos Medici e na emergência do regime de Girolamo Savonarola.

Savonarola, frade dominicano da Abadia de São Marcos, que obteve substantivo apoio popular, iniciou um governo com aspectos teocráticos, formulando uma crítica radical tanto em relação aos Medici quanto à hierarquia católica, na figura do papa Alexandre VI (SAVONAROLA, 2006), verberando o afrouxamento dos costumes e a decadência da religião, por fatores como “o luxo e o jogo, a luxúria e a sodomia (o ‘vício florentino’)” (RIDOLFI, 2003, p. 25). Excomungado em 1497, no ano seguinte, deu-se o “martírio de Savonarola”, que foi preso, enforcado e queimado na Piazza de la Signoria, em Florença (RIDOLFI, 2003; MARTINES, 2011).

O fim do regime de Savonarola⁶ proporcionou a ascensão da república, sob a liderança de Piero Sodereni, que perduraria até 1512, quando os Medici voltam ao poder.

⁶ Como observa Ridolfi (2003, p. 25-26) em relação ao juízo sobre Savonarola, “governo novo este que, precisamente por ser popular, devia agradar a Maquiavel já com vinte e cinco anos, mesmo que não lhe agradasse seu fundador, frei e forasteiro, nem seu conceito de Estado, que colocava a serviço da religião”. Ademais, além da obra política do frei, devia também lhe agradar a grande batalha que travou contra a corrupção da Igreja, com os maus prelados de Roma, com os péssimos religiosos; e se, segundo a sua natureza e a de seus florentinos, riu do herói caído, assim que se recompôs em reflexões mais maduras e sérias, não escondeu o respeito que tinha por ele. Por seu turno, Negri (2002, p. 123-124) sugere que “Maquiavel não vê possibilidade de atribuir a Savonarola a qualidade essencial do político novo: a capacidade constitutiva, a dimensão da práxis” e que “Maquiavel reconhece em Savonarola o cristão e o humanista, mas o ideal de prudência e de *virtù* que este último desenvolve permanece dentro de uma tradição de finalismo e de transcendentalismo que Maquiavel não aceita mais”.

No momento mais acurado da vida republicana, Florença viu a existência de uma constituição política em que as instituições fundamentais eram o Gonfaloneiro, a Signoria e o Conselho Maior ou Conselho do Povo e Comunidade (GILBERT, 1984; POCKOCK, 2003). Da Signoria, faziam parte, entre outros órgãos, as duas Chancelarias, sendo a primeira responsável pela política externa e a segunda, pelas guerras e política interna. Em relação a estas, quando as funções se sobrepunham, cabia à Primeira Chancelaria a tomada de decisão.

a) Missões diplomáticas

Maquiavel ingressou no serviço público florentino com 29 anos de idade, como secretário da Segunda Chancelaria, cargo em que permaneceu de 1498 a 1512⁷.

Posteriormente, foi enviado em missões diplomáticas tanto na Península Itálica quanto na França e na Alemanha. Primeiro, junto a Caterina de Sforza, de que resultou o seu primeiro escrito político, o *Discorso fatto al Magistrato dei Dieci sopra le cose di Pisa*, em 1499. Ocorreu, depois, a missão na corte de França, quando Maquiavel conheceu um Estado que se unificara sob a égide de uma monarquia, seguidas de mais duas viagens à França. Nova missão diplomática, e Maquiavel acabou por conhecer e conviver, durante os anos de 1502 e 1503, com Cesare Borgia, o duque Valentino, filho do papa Alexandre VI e *condottiere*. Outras missões de Maquiavel foram junto à Corte Papal e ao imperador Maximiliano I, que intentava restaurar o Sacro Império Romano-Germânico. De tais missões, em que obteve, fundamentalmente, “a experiência das coisas modernas” (MAQUIAVEL, 1999, p. 199), resultaram discursos e relatórios que, afinal, ajudaram-no escrever as suas obras fundamentais.

⁷ Como afirma o mesmo Ridolfi (2003, p. 31), “o cargo era importante, mesmo que não se igualasse, quanto à autoridade e dignidade, ao do primeiro chanceler da República, com o qual foi por alguém confundido por ignorância, por outros, equiparado”.

b) Maquiavel e Cesare Borgia

Maquiavel elegeu Cesare Borgia como um príncipe que, na conjuntura da Península Itálica, bafejado pela fortuna e detentor de uma *virtù* política notável, poderia cuidar da missão fundamental, nacional e patriótica de unir a Itália para o enfrentamento das potências que a rodeavam e a cobijavam.

Quem, portanto, num principado novo, julgar necessário garantir-se contra os inimigos, conquistar amigos, vencer pela força ou pela fraude, fazer-se amado e temido pelo povo, ser obedecido e reverenciado pelos soldados, eliminar aqueles que podem ou devem prejudicá-lo, introduzir mudanças na antiga ordem, ser severo e grato, magnânimo e liberal, eliminar as milícias infiéis, criar outras novas, manter as amizades do rei e dos príncipes de modo que o beneficiem com solicitude e temam ofendê-lo, não pode encontrar melhor exemplo que as ações deste duque. (GRAMSCI, 2012, p.13).

Também é apontada a possível influência de Maquiavel sobre o duque Valentino. Segundo Cloulas (2009, p. 142), “o Valentino segue os conselhos práticos dos teóricos da política, como o napolitano Diomede Carafa, que recomenda um comportamento simulado e dissimulado, e também Paolo Cortese, para quem um cardeal na corte de Roma deve agir com frieza e lucidez”. E, na matéria, “César reconhece o secretário florentino Nicolau Maquiavel como seu mestre. Este, que foi várias vezes testemunha dos actos do duque, relata-os com admiração no seu tratado intitulado *O príncipe* (1513)” .

Observa, ainda, Cloulas (*ibidem*, p. 181) que, em 5 de outubro de 1502, os florentinos, oferecendo garantias a Valentino quanto às suas intenções, enviam-lhe Maquiavel: “Será esta estada junto de César Bórgia que proporcionará ao florentino a matéria do seu futuro livro, *O Príncipe*”. Mesmo depois, de César Bórgia já ter caído em desgraça, “Maquiavel, que já não teme o Valentino, mas que continua sempre

a observá-lo com grande interesse e curiosidade, vem visitá-lo com frequência à Torre Bórgia” (*ibidem*, p. 210)⁸.

c) A queda da República

Uma sucessão de acontecimentos ocasiona a queda da República, que tinha à frente, como gonfaloneiro vitalício, Piero Soderini, acarretando na volta dos Medici ao poder em Florença e na queda de Maquiavel da Segunda Chancelaria.

Em 7 de novembro de 1512, Maquiavel perdeu o cargo, acusado de participar de uma política contrária aos Medici. Multado, foi proibido de retirar-se da Toscana. Em seguida, teve o seu nome envolvido em uma conspiração contra o novo governo, sendo preso e torturado⁹. Com a eleição do cardeal Giovanni de Medici para o papado (adotando o nome de Leão X), Maquiavel foi anistiado. Em seguida, recolheu-se a uma propriedade rural, quando escreveu as suas obras políticas fundamentais: além de *O príncipe*, *O discurso sobre a primeira década de Tito Lívio*, *a História de Florença e Arte da guerra*. Veio a falecer em 1527.

⁸ Na Nota do Autor, em seu romance histórico *O mistério de Maquiavel*, no qual acentua basear-se “inteiramente em fatos reais”, “os personagens principais são personalidades históricas, e todos fazem exatamente o que as evidências encontradas nos arquivos nos dizem que fizeram, no mesmo lugar e quando o fizeram, Ennis (2013, p. 444) considera que “o duque Valentino de Maquiavel, com a sua propaganda hábil, o culto pessoal narcisista, as táticas militares ao estilo *blitzkrieg* e a eficiência administrativa, não era simplesmente o ideal de príncipe para a Itália do século XVI que decaiu para a catástrofe”. Valentino teria sido o primeiro Líder moderno, pois “sua livre consciência e sua diligência letal forneciam um modelo extremamente eficaz e duradouro para os sociopatas em busca de poder em qualquer época, lugar ou organização: a mesma *realpolitik* amoral que vem guiando ditadores e genocidas agora estudados por CEOs corporativos e anunciada como aconselhamento de carreira para gestores”.

⁹ Segundo Negri (2002, p. 70-71): “Em 16 de setembro, os Médicis retornam à cidade [...]. Nesta situação, Maquiavel tenta equilibrar-se entre os Palleschi e os Médicis, mas vem o expurgo, e as oscilações de comportamento não compensam: em 7 de novembro, Maquiavel é demitido; em 10 de novembro, o exílio de um ano lhe é imposto; em 17 de novembro, Maquiavel é proibido de ingressar no Palácio Ducal; depois, até 10 de dezembro, desenvolve-se o inquérito sobre a administração das milícias florentinas, e Maquiavel é interrogado com frequência”.

5 O príncipe

Oferecido a Lorenzo, duque de Urbino e futuro Lorenzo II¹⁰, segundo o próprio Maquiavel (1999, p. 129), *O príncipe* é um opúsculo em que expõe “o conhecimento das ações dos grandes homens”, aprendidas através de “uma experiência das coisas modernas e um contínuo estudo das antigas”. É, certamente, o mais popular dos livros de Maquiavel. Existente, se não no todo, pelo menos em parte, no ano de 1513, só foi publicado postumamente, em 1532¹¹.

Dividido em 26 capítulos, Maquiavel tem consciência do valor do texto, da sua “novidade e gravidade”, afirmando:

Não ornei nem sobrecarreguei esta obra de longos períodos, nem de palavras pomposas e magníficas, nem de qualquer outro atrativo ou ornamento exterior com que muitos costumam descrever e enfeitar as suas coisas, porque pretendi que coisa alguma a adornasse e que somente a novidade e gravidade de seu assunto a valorizasse. (MAQUIAVEL, 1999, p. 129-130)

Dando nova terminologia à linguagem da política, que denominava o que se chama hoje de Estado de “pólis”, “*civitas*”, “república”, “sociedade civil ou política”, Maquiavel inicia o seu opúsculo afirmando que todos os Estados, todos os domínios que tem havido e que há sobre os homens, foram e são repúblicas ou principados. São expostos os tipos de principado, com as características de cada um deles, defendendo-se a necessidade de o “príncipe” – como aconteceria nos Estados modernos

¹⁰ “[...] Lorenzo II, que retornara do exílio para governar Florença, não se importou em lê-lo. Tornou-se um governante medíocre e incapaz de livrar a cidade das crises políticas que haviam gerado revoltas, complôs e o descrédito das instituições. O povo esperava que os Medici fossem capazes de restaurar a ordem, a paz e a prosperidade em Florença. Lorenzo II não tinha a visão, a coragem e a determinação de Cosimo para atingir esses objetivos”, diz-nos D’Ávila (2008, p. 156), no livro que denomina de “ficção histórica” sobre Cosimo de Medici.

¹¹ Para Chabod (1984, p. 196 e *passim*), “parece já indiscutível o seguinte: *O príncipe*, escrito entre julho e dezembro de 1513, não teve depois nenhuma revisão total nem parcial”, rechaçando, assim, a tese de Friedrich Meinecke, segundo a qual a obra não teria sido escrita de uma só vez, mas em dois momentos distintos de capítulos, a saber, I a XI e XII a XVI.

– basear as suas forças em exércitos próprios, e não em mercenários. Nos nove primeiros capítulos, busca-se a resposta à pergunta: “Como se cria e se forma um principado?”, mostrando-se que uma coisa é o sistema adotado por Luís XII, outra é o de Cesare Borgia e outra, ainda, o de Agátocles de Siracusa (CHABOD, 1984)

A obra de Maquiavel relaciona-se diretamente com o tempo no qual foi produzida. Todavia, na busca da *verità effettuale*, o método utilizado por ele rompe com o passado, fundamentando-se no empirismo, na observação participante e na análise dos fatos recuperados pela história. Valoriza o método indutivo, com a teoria não se separando da prática, e rompe com a tradição teológica e a prática de propor utopias, no modelo das que vieram à luz durante o Renascimento ou que se publicariam segundo o modelo de Thomas More (2003), no século XVI, e de James Carrington (1996), no século seguinte.

6 As “boas leis”

Em *O príncipe* (1999), no *Discurso...* (2007a) e na *História de Florença* (2007b), Maquiavel recorrentemente fala das “boas leis”. Em *O príncipe*, diz:

Capítulo XII

[...] Os principais fundamentos de todos os estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos, são boas leis e boas armas. Como não se podem ter boas leis onde não existem boas armas, e onde são boas as armas costumam ser boas as leis, deixarei de refletir sobre as leis e falarei das armas. (MAQUIAVEL, 1999, p. 57)

Depois, Maquiavel (1999, p. 117) se refere à “glória dobrada” de um príncipe, por fundar um principado novo e por “tê-lo ornado e consolidado com boas leis, boas armas e bons exemplos”. Também ressalta que as “leis” são um “gênero de combate”, observando, no capítulo XXVIII, que “existem dois gêneros de combates: um com as leis

e outro com a força”. E, se o combate com as leis é “próprio ao homem”, o combate com armas é “o dos animais”. Porém,

como frequentemente o primeiro não basta, convém recorrer ao segundo. Portanto, é necessário ao príncipe saber usar bem tanto o animal quanto o homem. Isto já foi ensinado aos príncipes, em palavras veladas, pelos escritores antigos, que escreveram que Aquiles e muitos outros príncipes antigos haviam sido criados por Quíron, o centauro, que os guardara sob sua disciplina. Ter um preceptor meio animal meio homem não quer dizer outra coisa senão que um príncipe deve saber usar ambas as naturezas e que uma sem a outra não é duradoura. (MAQUIAVEL, 1999, p. 83)

Na verdade, o pensador florentino desposa a tese segundo a qual as boas leis nascem dos conflitos sociais, segundo o exemplo romano da oposição entre patrícios e plebeus. Os conflitos são capazes de produzir ordem por conterem a força e coerção necessárias à atividade de governar. A lei tem a função de ordenar o conflito, e não naturalizá-lo ou extingui-lo.

“Boas leis” e “boas armas” precisam estar bem articuladas para o bom resultado do estadista. Como pode ser necessário “saber usar bem a natureza animal”, o príncipe deve escolher a raposa e o leão, “porque o leão não tem defesa contra os laços, nem a raposa contra os lobos”, necessitando “ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos”. Enfim, “os que fizerem apenas a parte do leão não serão bem-sucedidos” (MAQUIAVEL, 1999, p. 84).

Uma vez que apenas ordena o conflito, a lei está sujeita ao processo histórico, ou seja, está continuamente exposta ao risco e à possibilidade de corrupção. Por conseguinte, no raciocínio maquiaveliano, o Estado só mantém a autoridade por meio de um retorno contínuo ao momento da origem, isto é, à renovação da experiência do “medo” e da “punição”, do acontecimento originário da fundação. Na origem da lei, está a violência, cuja função é proporcionar a legitimação do seu exercício pelo aparato

estatal – a única forma de preservar da ruína a vida política (AMES, 2011)¹².

Maquiavel afasta o modelo espartano, de acordo com o qual um legislador dotaria a pólis de uma constituição racional, estável e duradoura. Prefere a experiência romana¹³, em que a constituição seria um processo, no curso do qual os acontecimentos proporcionariam o aperfeiçoamento institucional ou a decadência estatal. Em Esparta, pairaria Licurgo como o *founding father*; em Roma, alevantaria-se o fratricídio de Rômulo como marco fundador. Naquela, a mediação de uma liderança singular; nesta, o processo histórico no qual o conflito inerente à vida social é o *fiat lux*.

a) Conflito de humores e liberdade

Na hipótese da lei nascendo do conflito, está posta a oposição irreduzível dos dois “humores” (ou “desejos”, em um linguajar atual) existentes na sociedade. Como já citado na epígrafe deste artigo, no capítulo IX (“Do principado civil”) de *O príncipe*, Maquiavel (1999, p. 43) observa que:

em toda cidade existem estes dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo; desses dois apetites diferentes, nascem nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade ou licença.

¹² O que é capaz de provocar esse retorno ao princípio? Nos *Discursos...*, Maquiavel sugere três caminhos distintos. Um é extrínseco: são os perigos aos quais o Estado está sujeito face à ameaça externa. Os demais, intrínsecos: 1. é proveniente de alguma lei que reveja a conduta dos homens pertencentes ao corpo social ou de algum homem bom que, com os seus exemplos e suas obras virtuosas, produza o mesmo efeito de uma ordenação; 2. leis e instituições. Maquiavel refere também a atividade parlamentar francesa como uma via intrínseca de retorno à origem quando executa algo contra um príncipe do reino e condena o rei em suas sentenças (ADVERSE, 2007).

¹³ Acentuando a extração republicana romana e a sua valorização por Maquiavel, Lefort (1979, p. 171) observa que “Roma só foi grande enquanto permaneceu fiel ao ideal republicano e que, finalmente, tanto as regras antigas que garantiram aos cidadãos uma participação nos negócios públicos quanto às ações dos heróis cuja abnegação fez a força do Estado permanecer como modelos imperecíveis”.

Segundo o modelo do conflito político, ao desejo desmesurado dos grandes pelo poder ou pela dominação absoluta, opõe-se o desejo de poder ou a dominação negativa absoluta de, por parte do povo, não ser comandado nem oprimido. Ao caracterizar o desejo dos grandes como um desejo de comandar e o do povo como de viver em liberdade, Maquiavel deixa claro que aquilo que funda a relação política não se confunde com a regulação do desejo de poder (dos grandes) nem com a regulação do desejo de liberdade (do povo)¹⁴.

O conflito não é, para Maquiavel, equivalente ao caos ou à desordem, pois está na base da ordem. Contudo, esta é apenas uma possibilidade, e não uma necessidade, de sorte que o conflito contém uma potencialidade ambivalente de produção de ordem e desordem (AMES, 2011).

b) A lei e os principados

Ao classificar os principados, Maquiavel lhes atribui características de fundação e de continuidade, em que a função das “leis” está acentuada.

Quando trata dos “principados mistos”, ou seja, os Estados conquistados e anexados a um Estado antigo, encarece as diferenças entre aqueles que são da mesma província e da mesma língua, e os que não o são. Quando o são, “será fácil conservá-los, principalmente se não estiverem habituados a viver livres”. Assim, para possuí-los com segurança, “basta extinguir a dinastia do príncipe que os dominava, porque, quanto às demais coisas, mantendo-se suas antigas tradições e não havendo disparidade de costumes, podem os homens vier tranquilamente” (MAQUIAVEL, 1999, p. 8-9).

¹⁴ No capítulo V dos Discursos..., Maquiavel (2007a, p. 23) pergunta: “onde se deposita com mais segurança a guarda da liberdade: no povo ou nos Grandes; e quem tem maior razão para criar tumultos: quem deseja conquistar ou quem quer manter?”. Segundo Lefort (1979, p. 149), “o escritor examina então o que poderíamos chamar de tese aristocrática, conservadora, e a tese democrática, liberal. No término de uma hábil dialética, aniquila a primeira e funda a legitimidade da segunda sobre bases inteiramente novas” .

Quem conquista os principados mistos “querendo conservá-los”, deve adotar a medida de “não alterar nem as suas leis nem os impostos”, pois “em tempo muito breve elas se integrarão ao principado antigo, formando um único corpo”. O mesmo não ocorre “na conquista de domínios em regiões totalmente diferentes quanto à língua, costumes e instituições”, quando, então, é “necessário ser muito afortunado e ter muita habilidade para conservá-los” (*ibidem*, p. 9).

Já no capítulo XIX, ao tratar “De como se deve evitar o ser desprezado e odiado”, Maquiavel (1999, p. 89) observa que “da parte do conspirador, só existem o medo, a inveja e o temor da punição que o atemorizam”, enquanto, “para defender o príncipe, há a majestade do principado, as leis, a proteção dos amigos e do Estado”. De tal modo, “com todas essas coisas somadas à estima popular”, é impossível que “algum seja tão temerário a ponto de conspirar contra ele” .

7 O poder constituinte

Negri (2002, p. 94) enfatiza que *O príncipe*, “longe de determinar a renúncia ao princípio republicano, comporta, ao contrário, a sua exaltação”, pois,

O caráter absoluto da política, inventado em *O Príncipe*, ganha vida na república: somente a república, somente a democracia é governo absoluto. O fato de que *O príncipe* seja obra de circunstância, nascida de uma experiência particularíssima, não isola o conceito, mas antes oferece sua excepcional intensidade ao trabalho de construção da teoria das repúblicas: Maquiavel põe o príncipe a serviço do governo democrático.

Assim, “‘principado’ não quer dizer Monarquia nem Aristocracia. Principado não é uma categoria da classificação polibiana, nem o modelo polibiano do melhor governo, isto é, aquele que resulta da composição do governo de um com o governo de poucos e o de muitos” (NEGRI, 2002, p. 74). Na verdade,

Aqui, Principado é simplesmente a relação entre poder e mutação, entre potência e mutação, entre potência e poder. Ele é o sujeito histórico da sobredeterminação e da mutação. Deixando de lado o livro ‘sobre as Repúblicas’ e iniciando *O Príncipe*, Maquiavel privilegia então a análise do fundamento, da condição, em vez da análise da liberdade, da expressão.

Por tudo isso, não é imprudente dizer que “o poder constituinte encontra em Maquiavel a primeira absoluta e inelutável definição”¹⁵ (*ibidem*, p. 148). Ou, nas palavras de Althusser (*apud* NEGRI, 2002, p. 148), Maquiavel “não é o teórico do Estado absolutista moderno, nem o teórico de um poder constituinte ávido de constituição”. Pelo contrário, ele é o pensador da ausência de todas as condições de um princípio e de uma democracia. É a partir dessa ausência, desse vazio, que Maquiavel literalmente arranca o desejo de um sujeito e o constitui em programa. O poder constituinte em Maquiavel é isso – e nós já o sabemos tão bem que todas as tentativas de negá-lo (e foram muitíssimas), todos os esforços de ocultamento (e foram bem eficazes) são inúteis.

Com efeito, acrescenta que “somos prisioneiros de Maquiavel, do nosso esquecimento: por conta dessa estranha familiaridade, como disse Freud, que é a familiaridade do reprimido”.

De fato, se, como enfatiza Pocock (2003), “o príncipe novo cria repúblicas”, *O príncipe* é, fundamentalmente, um tratado no qual a intuição do pensador florentino encontrou a base do poder constituinte, “que funda o Estado num ato de inovação – e que, portanto, consiste numa

¹⁵ Todo o extenso capítulo II da obra de Negri (2002, p.77) sobre o poder constituinte é dedicado ao “paradigma maquiaveliano”, onde sugere, inclusive, a seguinte chave para a leitura de *O príncipe*: “A uma atenta e calma leitura, ele se revela uma espécie de diário de bordo: inconcluso e variado, dirigido por uma lógica externa e frequentemente ocasional, apoiado numa terminologia insegura. Por quê? Porque o princípio constituinte, uma vez descoberto, é confiado à crise, está aprisionado pela crise. Que fique claro: aqui não se nega incrível profundidade ontológica do princípio, nem se esquece as potentes fontes de vida que ele revela na alternância entre solidão e produção” .

fundação imprópria, numa atividade radicalíssima sem pressupostos” (NEGRI, 2002, p. 91).

Antes de Negri, Gramsci já havia intuído o poder constituinte que o “príncipe” (o de Maquiavel, de 1513, ou o “moderno príncipe”) comporta, precipuamente, na realização de um “principado novo”. Assim, afirma que “o caráter fundamental do *Príncipe* é o de não ser um tratado sistemático, mas um livro ‘vivo’, no qual a ideologia política e a ciência política fundam-se na forma dramática do ‘mito’” (GRAMSCI, 2012, p.13); e que Maquiavel “deu à sua concepção a forma da fantasia e da arte, pela qual o elemento doutrinário e racional personifica-se em um *condottiere*, que representa plástica e ‘antropomorficamente’ o símbolo da ‘vontade coletiva’.”(GRAMSCI, 2012, p.13). Além disso, na obra,

O processo de formação de um determinado fim político, é representado não através de investigações e classificações pedantes de princípios e critérios de um método de ação, mas como qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta, o que põe em movimento a fantasia artística de quem se quer convencer e dá uma forma mais concreta às paixões políticas. (GRAMSCI, 2012, p.13).

Conclusão

O príncipe é o livro resultante da angústia de Maquiavel. Na carta a Vettori, anteriormente citada, o autor diz que, “mergulhado nesta piolheira, estou com a cabeça mofada, desafogo a malignidade do meu destino”. Todavia, “chegando a noite, de volta a casa, entro no meu escritório: e na porta dispo as minhas roupas cotidianas, sujas de barro e de lama, e, vestido decentemente, penetro na antiga convivência dos grandes homens do passado”; acolhido por eles com bondade, “nutro-me daquele alimento que é o único que me é apropriado e para o qual nasci. Não me envergonho de falar com eles, e lhes pergunto da razão das suas ações, e eles humanamente me respondem”. Por isso, “não sinto durante quatro horas aborrecimento algum, esqueço todos os

desgostos, não temo a pobreza, não me perturba a morte: transfundo-me neles por completo” (MAQUIAVEL, 1979, p. 113).

Assim nasceu o opúsculo *De principatibus*, que se aprofunda o quanto pode “[...] nas cogitações deste tema, debatendo o que é principado, de que espécies são, como eles se conquistam, como eles se mantêm, por que eles se perdem” (MAQUIAVEL, 1979, p. 113). Quinhentos anos são passados e o livro continua a lançar luzes e provocações no que concerne ao desvendar o enigma do “político”, ao realizar as “boas leis” e a tornar ato as potencialidades – republicanas e democráticas – do poder constituinte.

Como suma das sumas, pode-se dizer com Lefort (1979, p. 194) que *O príncipe* “não se dirige [...] somente aos homens do século XVI, mas continua a interpelar a posteridade”. Quanto a Maquiavel, “varão prudentíssimo”, segundo o juízo spinoziano, *tanto nomini nullvm par elogivm*.

Referências

ADVERSE, Helton. Maquiavel, a república e o desejo de liberdade. **Trans/Form/Ação**, Marília, SP, v. 30, n. 2, p. 33-52, 2007.

AMES, José Luiz. Lei e violência ou a legitimação política em Maquiavel. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 34, n. 1, p. 21-42, 2011.

ARON, Raymond. Maquiavel e Marx. In: MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.131-156.

BACON, Francis. **Advancement of learning**: Novum organum: New Atlantis. London: Encyclopaedia Britannica, 1952.

BERLIN, Isaiah. **The proper study of mankind**: an anthology of essays. 2nd. ed. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1998.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.

BIRELEY, Robert. **The counter-reformation prince: anti-machiavellianism or catholic statecraft in early modern Europe.** Chappell Hill: The University of North Caroline Press, 1990.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo na história do pensamento político.** Tradução de Sérgio Bath. Brasília, DF: Ed. UnB, 1980.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio.** Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHABOD, Federico. **Escritos sobre Maquiavelo.** México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1984.

CLOULAS, Ivan. **César Bórgia: filho de papa, príncipe e aventureiro.** Tradução de Victor Silva. Lisboa: Edições 70, 2009.

D’AVILA, Luiz Felipe. **Cosimo de Medici: memórias de um líder renascentista.** São Paulo: Ediouro, 2008.

DOTTI, Ugo. Introduzione. In: MACHIAVELLI, Niccolò. **Il principe.** 11. ed. Milano: Feltrinelli, 2005. p. 7-56.

ENNIS, Michael. **O mistério de Maquiavel.** Tradução de Ana Claudia Fonseca. São Paulo: Benvirá, 2013.

FABBRINI, Sergio. **El ascenso del príncipe democrático: quien gobierna y como se gobiernan las democracias.** Buenos Aires: FCE, 2009.

FARIA, Octavio de. **Maquiavel e o Brasil.** Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

FICHTE. **Pensamento político de Maquiavel.** São Paulo: Hedra, 2010.

FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado moderno no Ocidente. **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p.11-39, 2007.

GILBERT, Felix. **Machiavelli and Guicciardini: politics and history in sixteenth century Florence.** New York: W. W. Norton, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Tradução de Carlos Néelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 3.

GRAZIA, Sebastian de. **Maquiavel no inferno**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HARRINGTON, James. **La república de Océana**. Mexico, DF: Fondo de Cultura Económica, 1996.

HEGEL, G. W. F. "O Príncipe" de Machiavelli e l'Italia. In: MACHIAVELLI, Niccolò. **Il príncipe**. 11. ed. Milano: Feltrinelli, 2005. p. 245-251.

HIBBERT, Christopher. **The rise and fall of the house of Medici**. London: Penguin Books, 1974.

JOLY, Maurice. **Diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu**. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

LEFORT, Claude. **As formas da história**: ensaios de antropologia política. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes e Marilena Chauí. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MAQUIAVEL, Nicolau. Carta de Maquiavel a Francesco Vettori. In: _____. **O príncipe**: escritos políticos. Tradução de Lívio Xavier. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p.111-114.

_____. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

_____. **História de Florença**. São Paulo: Martins-Fontes, 2007b.

_____. **O príncipe**. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARTINES, Lauro. **Fogo na cidade**: Savonarola e a batalha pela alma da Florença renascentista. Tradução de Rodrigo Peixoto. Rio de Janeiro: Record, 2011.

MORE, Thomas. **Utopia**. London: Penguin Books, 2003.

MOREIRA, Marcílio Marques. Maquiavel e a Renascença: tempos difíceis e reflexão crítica. In: BATH, Sérgio et al. **Maquiavel: um seminário na Universidade de Brasília**. Brasília, DF: Ed. UnB, 1981. p. 29-43.

NAVA, Elisur Arteaga. **Diálogos entre Maquiavelo (en el cielo) y Tomás de Aquino (en el infierno)**. México, DF: Porrúa, 2012.

NEGRI, Antonio. **O poder constituinte**: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Tradução de Adriano Pillati. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

OSÓRIO, Jerônimo. **Tratados da nobreza civil e cristã**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1996.

PLAMENATZ, John. **Man and society**: a critical examination of some important social and political theories from Machiavelli to Marx. London: Longman, 1970. v. 1.

POCOCK, J. G. A. **The Machiavellian moment**: Florentine political thought and Atlantic republican tradition. 2nd. ed. Princeton: Princeton University Press, 2003.

PRÚSSIA, Frederico da. **O anti-Maquiavel**: ensaio crítico sobre Maquiavel. Tradução de Carlos Eduardo de Soveral. 2. ed. Lisboa: Guimarães, 2000.

RIDOLFI, Roberto. **Biografia de Nicolau Maquiavel**. Tradução de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Du contrat social**. Paris: Gallimard, 1964.

SAVONAROLA, Girolamo. **Trattato sul governo di Firenze**. Firenze: Franco Cesati Editores, 2006.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel**: pensamento político. Tradução de Maria Lúcia Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SPINOZA, Baruch de. **Tratado político**. Tradução de Diogo Pires Aurelio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

STRAUSS, Leo. **Thoughts on Machiavelli**. Chicago: The University of Chicago Press, 1978.

VIROLI, Maurizio. **Sclegiere il principe**: i consigli de Machiavelli al cittadino elettore. Roma: Laterza, 2013.

VIROLI, Maurizio. **O sorriso de Maquiavel**: história de Maquiavel. Tradução de Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

Recebido em: 02/09/13

Aprovado em: 18/11/13